

RECURSO ESPECIAL Nº 1.799.745 - MG (2019/0057498-6)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : JOHNE FERREIRA DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

O Ministério Público de Minas Gerais interpõe recurso especial contra acórdão do Tribunal de Justiça local que, ao apreciar apelação, concedeu *habeas corpus* de ofício absolvendo JOHNE FERREIRA DA SILVA da prática de crime tipificado no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 281):

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBOS MAJORADOS EM CONCURSO FORMAL - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS E NEM SEQUER QUESTIONADAS - CORRUPÇÃO DE MENOR - AUSÊNCIA DE PROVA HÁBIL DA MENORIDADE DO COMPARSA ADOLESCENTE - ABSOLVIÇÃO IMPOSTA EM HC DE OFÍCIO - INCONFORMISMO MINISTERIAL QUANTO À DOSIMETRIA - ELEVAÇÃO DAS PENAS-BASE - IMPERTINÊNCIA - RECRUDESCIMENTO DO REGIME - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO DESPROVIDO. 1. O reconhecimento da menoridade, para efeitos penais, supõe comprovação cabal, de modo que, inexistindo nos autos prova específica, idônea e inequívoca da idade do adolescente envolvido no delito, nos termos do parágrafo único do artigo 155 do Código de Processo Penal, o agente deve ser absolvido, em HC de ofício, quanto ao crime de corrupção de menor. 2. Bem analisadas as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP, e sendo todas elas consideradas favoráveis ao réu, correta se mostra a fixação das penas-base em seus respectivos mínimos. 3. Levando em consideração o quantum de pena aplicado, bem como o fato de o réu ser primário e de bons antecedentes, sendo todas as circunstâncias judiciais consideradas favoráveis, correta se mostra a fixação do regime inicial semiaberto, nos termos do art. 33, §2º, "b", do CP. 4. Recurso não provido. Em HC de ofício, absolveram o réu quanto ao crime previsto no art. 244-B do ECA e retificaram as penas finais referentes ao delito previsto no art. 157, §2º, II, do CP.

V.V. Para caracterização do crime de corrupção de menores, constante do art. 244-B do ECA, basta o simples fato de o agente praticar os delitos na companhia do menor, por tratar-se de crime formal, podendo a menoridade ser demonstrada através de outros documentos constantes dos autos e não apenas a certidão de nascimento.

Ocorrendo o crime de roubo e, no mesmo momento, o crime de corrupção de menores, aplica-se o concurso formal perfeito, considerando-se que os dois delitos foram praticados mediante uma só ação, com apenas um desígnio, nos termos do art. 70 do Código Penal.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fl. 311):

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS - MATÉRIAS JÁ ENFRENTADAS - EMBARGOS REJEITADOS. 1. Inoportuna a pretensão do Parquet de rediscutir matéria definitivamente apreciada pela Turma Julgadora, não se consubstanciando nesta a sede própria para se obter a reforma do decisum colegiado, devendo limitar-se apenas à presença dos vícios legalmente estipulados, sendo certo que não se constitui omissão, contradição, obscuridade ou ambigüidade a forma como o embargante entendia devesse ser decidida a questão. 2. Embargos não acolhidos.

Nas razões do recurso especial, fulcrado na alínea "a" do permissivo constitucional, alega negativa de vigência ao art. 244-B da Lei n. 8.069/1990 e contrariedade ao art. 155, parágrafo único, do Código de Processo Penal.

Sustenta, em síntese, que "conforme entendimento já pacificado no Superior Tribunal de Justiça, corte constitucionalmente competente para deliberar sobre temas infraconstitucionais, a comprovação da idade do menor, para caracterização previsto no art. 244-B do ECA, prescinde da apresentação de certidão de nascimento ou documento de identidade, podendo ser aferida por qualquer documento idôneo" (e-STJ fl. 325).

Pugna, ao final, pelo provimento do recurso, com o restabelecimento da condenação do recorrido pelo crime de corrupção de

menor.

Contra-arrazoadado (e-STJ fls. 336/345) e admitido (e-STJ fls. 347/351), manifestou-se o Ministério Público Federal, nesta instância, pelo provimento do recurso, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 362):

RECURSO ESPECIAL. CORRUPÇÃO DE MENORES. MATERIALIDADE. COMPROVAÇÃO DA MENORIDADE PODE SER FEITA POR DOCUMENTO HÁBIL, NÃO SENDO RESTRITA À CERTIDÃO DE NASCIMENTO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

É o relatório.

Decido.

O recurso é tempestivo e a matéria foi devidamente prequestionada.

Colho do acórdão recorrido (e-STJ fls. 285/288):

Lado outro, quanto ao delito previsto no art. 244-B do ECA, constato, de ofício, ser o caso de absolver o recorrido.

Isso porque, em que pese ser inequívoca a participação de F.N.S., que agiu em companhia de Jhone ha subtração dos bens das vítimas, mediante grave ameaça, sua menoridade não restou satisfatoriamente comprovada nos autos, inexistindo documento hábil para a comprovação da idade de F.N.S., motivo pelo qual, inviável se mostra a manutenção da condenação do apelante pelo delito previsto no artigo 244-B do ECA.

O Pretório Excelso, reiteradamente, em julgados de suas duas colendas Turmas, tem se manifestado no sentido de que, á luz do parágrafo único do artigo 155 do Código de Processo Penal, para o reconhecimento da menoridade, é necessário documento hábil, não o suprimindo a mera existência da qualificação do menor no boletim de ocorrência ou no auto de prisão em flagrante delito ou auto de apreensão em flagrante de ato infracional, mesmo que dotados de fé pública.

Firmou-se nesta Corte o entendimento de que a certidão de nascimento não é o único documento idôneo para comprovar a idade do

adolescente corrompido, que também pode ser atestada por outros documentos oficiais, dotados de fé pública, emitidos por órgãos estatais de identificação civil e cuja veracidade somente pode ser afastada mediante prova em contrário.

No caso, a idade do menor pode ser constatada pelo auto de prisão em flagrante (e-STJ fl. 5) e pelo depoimento do menor (e-STJ fl. 19).

Ademais, consta do voto vencido, que "o menor foi ouvido na fase policial, perante sua representante legal, apresentou documento de identidade de n. RG 18550472 SSPMG, não havendo como se afastar tal circunstância, e em seu depoimento de f. 14, onde relata todo o ocorrido, com detalhes, assistido pela sua representante legal, reafirma sua menoridade, como se disse exibindo sua identidade" (e-STJ fl. 291).

A propósito do tema, os seguintes precedentes:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. CORRUPÇÃO DE MENORES. ART. 244-B DA LEI N. 8.069/1990. COMPROVAÇÃO DA MENORIDADE. PRESCINDIBILIDADE DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO. BOLETIM DE OCORRÊNCIA. TERMO DE DECLARAÇÕES PRESTADO PELO ADOLESCENTE. DOCUMENTOS IDÔNEOS. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. A Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que a certidão de nascimento não é o único documento hábil à comprovação da menoridade do adolescente a fim de caracterizar a elementar do crime de corrupção de menor, porquanto há outros documentos dotados de fé pública igualmente válidos para fundamentar o livre convencimento do Magistrado. Precedentes.

No caso em apreço, conforme consignado pelas instâncias ordinárias, a menor fora identificada por meio do boletim de ocorrência e pelo termo de declarações subscrito pela responsável legal da menor, no qual consta a qualificação da adolescente e sua data de nascimento.

Nesse contexto, diante dos documentos elaborados pela Polícia Civil, os quais são dotados de fé pública, não se identifica flagrante ilegalidade na condenação dos pacientes pela prática do delito de corrupção de menor.

3. *Habeas corpus* não conhecido. (HC 476.345/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 15/02/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CORRUPÇÃO DE MENORES. ART. 244-B do ECA. PROVA DA MENORIDADE. COMPROVAÇÃO POR DOCUMENTO DOTADO DE FÉ PÚBLICA. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. De acordo com a jurisprudência desta Corte, para efeitos penais, "a certidão de nascimento não é o único documento válido para fins de comprovação da menoridade, sendo apto a demonstrá-la o documento firmado por agente público atestando a idade do inimputável, como a declaração perante a autoridade policial" (AgInt no AREsp 852.726/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 09/06/2016).

2. No caso, a qualificação feita perante a autoridade policial é idônea para a comprovação da menoridade do adolescente envolvido na prática delitiva, autorizando, desse modo, a condenação do réu pela prática do delito previsto no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 1373991/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 14/11/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENOR. DOSIMETRIA. PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. MAJORAÇÃO RAZOÁVEL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. PROVA DA MENORIDADE. CERTIDÃO DE NASCIMENTO. PRESCINDIBILIDADE. OUTROS DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

1. Não se constata ofensa ao art. 59 do Código Penal quando as instâncias ordinárias promovem a majoração da pena-base com amparo em fundamentação idônea e em patamar razoável, pois o aumento da pena, nesta etapa da dosimetria, não está vinculada a uma fração matemática exata.

2. A comprovação da menoridade, para fins de tipificação do delito previsto no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, não exige obrigatoriamente a apresentação de certidão de nascimento, podendo esta circunstância elementar

ser comprovada por outros documento idôneos, tais como o boletim de ocorrência policial, o auto de apreensão do adolescente as peças do procedimento instaurado na Justiça da Infância e Juventude.

3. *Agravo regimental desprovido.* (AgRg no REsp 1737765/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 13/11/2018)

Diante do exposto, com fulcro no art. 932, VIII, do CPC, c/c art. 255, §4º, III, dou provimento ao recurso especial para restabelecer a condenação do recorrido por infração ao art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator